



Divulgação científica e etnia: gêneros, formatos e discurso da imprensa na gênese do jornalismo científico no Brasil do século 19 e o seu clímax no discurso geneticista do século 21.¹

Ricardo Alexino Ferreira²

Pesquisador CNPq (Bolsista Produtividade/Divulgação Científica)

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista/UNESP

Resumo

Esta pesquisa se baseia nos pressupostos teóricos dos Estudos Culturais, das Teorias da Etnicidade e da História das Ciências para entender a construção do discurso da Imprensa e da Ciência nos jornais da segunda metade do século XIX (nas Seções *Scientificas*) e da imprensa no início do século XXI (nas Editorias de Ciências e Tecnologia) e a construção e concepção do ideal de corpo e de ser humano dentro do campo midiático. São observados gêneros e formatos dos textos jornalísticos em matérias de divulgação científica que abordem questões étnicas, raciais e de cunho geneticista; são analisadas a influência dos aspectos culturais, políticos e econômicos sobre a divulgação científica nas páginas desses jornais e verificar como as temáticas geneticistas, étnicas e raciais do século XIX ainda continuam presentes na divulgação científica do início do século XXI.

Palavras-chave

Divulgação Científica; Estudos Culturais; Teorias da Etnicidade; História da Ciência; Jornais.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação Científica.

² Ricardo Alexino Ferreira é pesquisador CNPq (Bolsista Produtividade em Divulgação Científica); professor de Comunicação Científica no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp); coordenador do Grupo de Pesquisa Comunicação Científica e Especializada (cadastrado no CNPq e certificado pela Unesp) e Diretor Geral do Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativa da Unesp/Rádio Unesp-FM. Contato: ricardo.alexino@pq.cnpq.br

Nos jornais da segunda metade do século XIX as presenças de temas ligados à Ciência são publicados com frequência nas páginas dos jornais e criam uma simbiose entre imprensa e ciência. Nesse contexto, é possível observar também que o poder anseia construir a identidade nacional (embranquecida e europeizada). E é justamente no campo midiático (jornal) em que se dão os “debates” (quase sempre consensuais) em torno das teorias raciais e a idealização do corpo, do ser humano, do ser brasileiro e as bipolarizações selvagem-civilizado; negro-branco; chinês-europeu e outras ambigüidades.

Assim, a segunda metade do século XIX favorecia a inserção da ciência como legitimadora do sistema social vigente. O Brasil desse período se depara com a reavaliação do sistema escravocrata (através de pressões inglesas visando a formação de mercados no capitalismo comercial) e com o projeto de República.

Nessa nova configuração, o discurso científico, difundido pelos jornais da época agregará, principalmente ao negro (tido como mercadoria), e aos demais grupos não-brancos e não europeus, o status de “objeto de estudo científico”. É nesse período (1890-1920) que cientistas, com intensa ressonância nos jornais, começam a elaborar teorias raciais no Brasil. É o momento em que idéias de hierarquização das “faças” e da superioridade da “raça” branca adquirem tons de legitimidade científica. A elite intelectual brasileira absorve tais teorias determinantes européias.

Os jornais da época abordavam insistentemente a ciência em editoriais e em *Seções Cientificas* como expressão de verdades incontestes ou como legitimadoras do sistema. A abordagem médico-legista encontrava espaço privilegiado nesse discurso.

Pode-se citar, por exemplo, os trabalhos do médico-legista e psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues:

Nina Rodrigues é o intelectual típico do período de transição entre o regime servil e abolição, entre o Império e a República, dois acontecimentos históricos que dificilmente se distinguem. Do ponto de vista político-social, começa nessa fase histórica uma nova ordem social no país que viria incorporar, pelo menos teoricamente, uma população de cor que até então havia ficado trancada nas fronteiras de uma sociedade estruturada em bases birraciais: negro e escravo, de um lado, branco e livres de outro. (Lima: 1984:16).

Dentro desse contexto, o país passa por significativas mudanças e vê na ciência o contraponto para construção de identidade de um país “civilizado” e com bases



européias. Dois paradigmas predominantes se fazem presentes nas mentalidades e discursos dos grupos dominantes expressos nas páginas dos jornais: o darwinismo (evolucionismo) e o positivismo.

No darwinismo, os jornais incorporam o pensamento do darwinismo social em que o postulado primeiro era a transposição do modelo biológico de evolução das espécies, elaborado por Darwin, às sociedades humanas. Nas páginas dos jornais, o darwinismo social é ilustrado com demonstrações da inferioridade do negro e de grupos não-brancos europeus nas páginas de ciências, na publicidade, em notas e outros espaços editoriais.

Por outro lado, o Positivismo de Augusto Comte encontra ressonância nas páginas dos jornais do final do século XIX. Esse fascínio pelo Positivismo pode ser explicado pela maneira como ele descreve a ciência. “A característica do positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível” (Abbagnano, 2007: 909).

O século XIX corresponde a um período em que diferentes autores buscam a noção de povo, raça e nação. Lilia Schwarcz coloca este período como um grande impasse, uma mudança de paradigma.

A questão estava lançada: por um lado, a República surgia, realçando os valores ‘liberais’ da época, fincada em toda uma ‘imagem civilizatória’; ao mesmo tempo, com o final da escravidão era jogada no mercado uma grande massa que agora tinha direito à cidadania (já que, segundo a Constituição de 1824, índios e escravos não eram considerados cidadãos). Como então pensar na formação dessa ‘nação’ brasileira, já que nesse momento os conceitos de raça e nação pareciam profundamente associados?”. (Schwarcz: 1987: 39).

Para Roberto DaMatta a elite intelectual brasileira absorveu as teorias determinantes européias. Estas teorias possuíam pressupostos básicos que relacionavam a biologia à história e determinavam e hierarquizavam de forma fixa as diferentes posições e condições de cada raça. (Damatta, 1981: 172.)

Skidmore argumenta que com o advento da igualdade formal, com a passagem do escravo a cidadão, pareciam surgir novas concepções e estereótipos. Por exemplo, no século XIX visitaram o Brasil vários teóricos estrangeiros (Gobinau, Louis Agassiz, Louis Couty e José Ingenieros) que, implicados nas teorias raciais, elaboraram análises sobre a ‘realidade brasileira’ (Skidmore, 1976: 43-48).

Para Paixão, o paradigma marcante do Positivismo de Augusto Comte (1798-1857) penetra no contexto histórico brasileiro do século XIX, marcado pelas influências de diferentes movimentos como a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial. Tem-se aí o esforço para a implantação da lógica das Ciências Exatas e Naturais, na busca do conhecimento através do formalismo, da experimentação, da mensuração e da crítica a qualquer representação metafísica. (Paixão)

Esse paradigma encontra solo fértil em uma nova burguesia emergente. Conforme João Cruz Costa: “Uma nova modalidade de burguesia, que se opõe à tradicional (...). Em boa parte, eram representantes e herdeiros da incipiente burguesia de comerciantes ou de burocratas que surgiam nas aglomerações urbanas e que em meados do século XIX, graças às transformações econômicas que então se processavam, procuravam dar às suas ações maior expressão e sentido (Costa, 1967: 124).

Essa ‘nova burguesia’ vai ser responsável pela circulação de diversas formas de pensamento, originários dos grandes centros europeus e da América do Norte, onde buscavam inspiração não somente nas idéias e crenças, mas nas próprias realizações de países como França, Inglaterra e Estados Unidos da América. É dentro dessa camada social que se esboça a intelectualidade brasileira, formada por jornalistas, escritores, tribunos, professores, militares e religiosos (...) Entre as ‘novas idéias’ que iam penetrando no Brasil, isto é, no diminuto círculo de letrados, do fim do império, o darwinismo, o monismo de Haeckel, os materialistas, Spencer etc., o Positivismo, talvez por vir precisamente da França, fonte perene das idéias brasileiras da época, era o que melhor se adaptava às condições econômicas e sociais da pequena classe média que procurava aproximar-se da ‘ciência positivista’ – principalmente na Escola Politécnica e no Exército, afastando-se um pouco da influência da igreja Católica e de sua cultura tomista. (Paixão)

Costa argumenta que a ideologia do progresso e da ciência como panacéias para os males do mundo impunham-se, então, acompanhando o fortalecimento do poder burguês, constituído em torno de uma nova ética, pela qual não tinham mais efeito o poder e a influência derivados de privilégios de nascimento ou de *stauts*, como nos tempos do antigo regime. A nova moral estabelecia que o indivíduo, para se destacar na sociedade burguesa, tinha que ser um *self-made man*, que amealhava riqueza por seu próprio esforço, iniciativa e desprendimento (...) O *habitus* burguês incorporava o sentido de superioridade, o qual, segundo as teorias citadas, era o resultado de uma seleção natural, transmitida geneticamente e transformando todo membro da burguesia em um ser biologicamente superior à média dos mortais. Isso fazia do burguês não



apenas um capitalista, ou seja um possuidor de capital, um empresário em busca de lucro, um ser ativo por excelência, mas, ao mesmo tempo, um ‘senhor’, um homem com o monopólio de comando, com inquestionável direito de dominar, seja em sua casa ou na empresa, tratando seus subordinados – mulher, filhos ou empregados – como inferiores (Costa, 2002: 79-104).

Apesar de sofrer mudanças políticas e estruturais, o Brasil dos últimos anos do século XIX é ostensivamente excludente e racista, Hobsbawn afirma que “a burguesia nos penúltimos 25 anos do século XIX era esmagadoramente ‘liberal’... num sentido ideológico. Acreditava no capitalismo, empresa privada competitiva, tecnologia, ciência e razão. Acreditava no progresso, numa certa forma de governo representativo, numa certa quantidade de liberdades e direitos civis, desde que compatíveis com a regra da lei e com o tipo de ordem que mantivesse os pobres no seu lugar (Hobsbawn, 1996: 340-341).

Conforme Thomas Skidmore, “um tal corpo de pensamento racista sistemático não existia na Europa de 1800. Por volta de 1860, todavia, as teorias racistas tinham obtido o beneplácito da ciência e plena aceitação por parte dos líderes políticos e culturais dos Estados Unidos e da Europa (Skidmore, 1976: 43).

A divulgação científica do século XIX encontrava ampla ressonância nos veículos e fazia chegar à população trechos de obras científicas ou a obra inteira. Por exemplo, *A origem das espécies*, de Charles Darwin, lançado em final de 1859, teve toda a sua edição vendida no primeiro dia. (Darwin, 2004)

Na ordem do dia, os jornais traziam os debates e questionamentos de teóricos como Buffon e Immanuel Kant (eram base de suas pesquisas questões como “Existia algum tipo de origem comum, pelo menos entre os mamíferos?”) ou as problematizações de Erasmus, Darwin e Lamarck sobre o evolucionismo (“O que poderia ter causado a mudança entre as espécies?”; “Por que uma criança se parece com seus pais?”; “O que faz um animal propagar sua espécie e o que poderia fazer com que uma espécie se modificasse com o tempo?”).

A antropóloga Solange Couceiro considera que naquele contexto histórico as questões e as controvérsias nacionais ligadas à questão do negro, como questão de raça, todas ligadas à questão máxima nacional de então envolvem

“a colocação da ‘qualidade’ e composição racial da população brasileira como elemento privilegiado para traçar e prever o futuro, o destino do país. A preocupação com a composição mestiça da população brasileira,

avaliada do ponto de vista quantitativo, era uma preocupação constante nos intelectuais, que colocavam essa mestiçagem no quadro teórico adverso às raças inferiores, como a negra. Na obra de Nina Rodrigues, enquanto obra ‘africanista’, percebe-se essa preocupação de forma muito clara” (Lima, 1984: 15-16).

Solange Couceiro de Lima ainda cita que a obra de Nina Rodrigues, significativa na compreensão do conceito de raça, aponta para alguns aspectos relevantes. “Pelo menos três pontos dão os apoios históricos a essas preocupações de Nina Rodrigues: o primeiro é representado pelo período pós-escravocrata; o segundo, pelo significado da imigração estrangeira no país; e o terceiro, pelas tentativas de transferência para o Brasil de negros norte-americanos emancipados” (Lima: 1984: 16).

Ciência midiática

Os veículos da contemporaneidade legitimam e reconhecem de fato o poder da ciência e dos cientistas. De forma semelhante ao tratamento dado a eles no século XIX há valorização (muitas vezes hipervalorização) de correntes e fontes repetidas. A imprensa elege paradigmas e passa a difundi-los como sendo uma única expressão da verdade e que se moldam aos interesses vigentes.

Geralmente, as pautas de ciências têm como proposta a legitimação de idéias ou forma de chamar a atenção do público para o inusitado. Nesse contexto, a ciência penetra o campo da ficção científica e vice-versa, tornando-se, portanto, uma ciência midiática. Ou seja, deve ter apelo de imagem e narrativa que têm a função de prender a atenção do leitor.

Outra característica dada às matérias jornalísticas de divulgação na contemporaneidade é uma visão pragmática do papel das ciências. Implícita ou explicitamente se pergunta “para que serve a ciência?” ou “qual o resultado?”. Portanto, a ciência midiática é pragmática, soluciona problemas do cotidiano das sociedades, dá explicações para os fenômenos. Enfim, torna-se salvadora e legitimadora de conceitos. E, acima de tudo, constrói e desconstrói os corpos individuais, coletivos, sociais e políticos.

A revista *Veja*, publicação semanal da Editora Abril, voltada para um público heterogêneo expressa essa construção da ciência midiática. Na matéria de capa da edição de março de 2004 são colocados os seguintes título e subtítulo acompanhados de fotografia: “Estes bebês são pioneiros... de uma revolução da medicina. Ao nascer, eles

tiveram armazenadas células-tronco, terapia que já está sendo usada para tratar doenças como diabetes, infarto, derrame, Alzheimer, Parkinson, esclerose múltipla”. (Veja, 2004: 84-91). A fotografia de capa é de dois bebês gêmeos, filhos da atriz brasileira Luiza Tomé.

A publicação define células-tronco como “células da esperança”. “Elas são como uma folha de papel em branco, sobre a qual se podem escrever os mais diferentes textos. Ou seja, têm a capacidade de se transformar em células específicas de qualquer tecido ou órgão que compõem o corpo humano (...) Essa versatilidade as torna a grande promessa para o tratamento de doenças graves” (Veja, 2004: 84-85).

O tom sensacional da matéria coloca como certeza uma área que ainda está sendo desvelada. Geralmente em matérias jornalísticas de ciências (ciência midiática) se percebe que verbos que levam a possibilidades (e não a certezas) são praticamente abolidos.

Outro fator que se percebe é a “nova” concepção que se tem de corpo. No final do século XIX essa concepção (dada as barreiras do conhecimento) se limitam à segregação ou ao estímulo à miscigenação como construção de um novo corpo individual e social brasileiros.

Nos séculos XX e XXI essa concepção se dá pela interferência da manipulação genética. O corpo aqui é visto em alguns momentos como um todo (no sentido das células embrionárias) ou como uma retílica em que partes isoladas podem ser reconstituídas, modificadas ou anuladas.

No campo da ficção científica inúmeras obras televisivas, cinematográficas e literárias constroem no universo simbólico corpos funcionais e midiáticos (como é o caso de *Matrix*) ou o corpo da ficção científica que pode ser copiado a partir de uma única célula doadora (telenovela *O clone*). Esse universo simbólico adquire no discurso social dimensões concretas, reais.

Por outro lado, a ciência midiática também é utilizada em outros aspectos mais próximos do cotidiano. Existe no dia-a-dia uma construção e concepção de corpo saudável, belo, helênico. A mídia vai reforçar esse ideal em textos jornalísticos com nutrólogos, cirurgiões-plásticos, pesquisadores da área de Educação Física.

É interessante observar que todo o discurso construído sobre saúde varia do conceito do ideal de belo ou, paradoxalmente, a doenças. As matérias de saúde em sua totalidade se aproximam muito mais do corpo doente. Assim, as páginas de saúde falam



do estresse, obesidade, TPM, depressões ou, quando falam do ideal de belo, o colocam bastante distante do real e do comum.

A hipervalorização de cirurgias plásticas por parte da imprensa (difundindo novas técnicas ou destacando pessoas famosas que recorreram a cirurgias como expressão de beleza, sucesso e bem-estar) transforma o conhecimento científico como sendo funcional e legitimador de tais comportamentos.

Outra característica do século XXI é a reclassificação do que é humano e não-humano. Tendo como parâmetro os traços fenotípicos, percebe-se a dicotomia “ocidental-oriental-outros”; “belo-exótico-feio” e tantas outras instâncias conceituais que vão compor os corpos humanos dos não-humanos; dos integrados dos não-integrados.

Se no século XIX isso era feito de maneira mais explícita, no século XXI tais conceitos são mais sutis, envoltos em outras questões. Na atualidade, por exemplo, o mundo árabe se contrapõe ao mundo ocidental. Portanto, tudo que é associado ao fenótipo árabe passa a ser estereotipado como terrorista.

No entanto, o mundo ocidental também não é algo monolítico. Ao contrário, o mundo ocidental simbólico é constituído pela negação do outro, ou seja, dos latino-americanos, dos africanos e de todos aqueles que não comungam das mesmas semelhanças físicas ou de inclusões.

Esses são como não-humanos, são coisificados, são os “in-humanos”, pois têm aparência exótica demais, feia demais para o ideal eurocêntrico; são uma ameaça ao equivocado (mas convincente) conceito de equilíbrio helênico.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

ABRIL. Células da esperança. In: VEJA. *Estes bebês são pioneiros de uma revolução da medicina*. São Paulo: Editora Abril. Ano 37 (12), pág. 84-91. 24 de março de 2004.

ABRIL. Menino ou menina? Você já pode escolher. In: VEJA. *Menina ou menino*. São Paulo: Editora Abril. Ano 37 (38), pág. 100-107.

COSTA, da G-R. A caminho do paraíso: Galdino do Valle Filho e o projeto liberal burguês na Nova Friburgo republicana. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. Vol 9 (1): 79-104, jan-abr. 2002.



COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes. 1981.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. Rio de Janeiro: EdiOuro. 2004.

FERREIRA, Ricardo Alexino. *A representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravidão no Brasil*. São Paulo: ECA-USP. Dissertação de Mestrado. 1993.

_____. *Olhares negros: estudo da percepção crítica de afro-descendentes sobre a imprensa e outros meios de comunicação*. São Paulo: ECA-USP. Tese de Doutorado. 2001.

HOBBSAWN, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

LIMA, Solange Martins Couceiro de. *Mulher e famílias negras: realidade e representação na obra de Nina Rodrigues*. São Paulo: ECA-USP. Tese de Doutorado. 1984.

PAIXÃO, Carlos Jorge. *O positivismo ilustrado no Brasil*. www.nead.unama.br/bibliotecavirtual/revista.

PENNA, José Osvaldo de Meira. *Polemos: uma análise crítica do darwinismo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2006.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: EdUnesp. 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras. 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.